



N.M.

aprovado por unanimidade
na Assembleia Geral de 20. Maio, 2018
o Presidente do Conselho, A. Guil
Ulisses Augusto de Almeida

RELATÓRIO E CONTAS

2017



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

M. M.

*aprovado em A.S. de
20. Maio. 2018*

[Signature]

Índice

2017 – o Capital Social da UDIPSS-PORTO | 2

A monitorização do Programa de Ação de 2017 | 3

As Contas de 2017 | 5

As Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 | 6

O Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 | 9



*aprovado em A.G.
de 2. Maio, 2018*

**“Um homem pode atingir um objetivo e outro pode falhá-lo.
Todavia, estas distinções pouco importam. Apenas a
unidade e o trabalho com e através dos outros fazem
nascer grandes coisas.”**
ANTOINE SAINT-EXUPÉRY

2017 – o Capital Social da UDIPSS-PORTO

No ano de 2017, a UDIPSS-PORTO apostou no apoio técnico (a nível jurídico, contabilístico e fiscal, social e de gestão) à sua rede de IPSS Associadas, que permitiu a criação de ganhos operacionais e técnicos a estas Instituições. São exemplos, a criação do PROCOOP – Gabinete Técnico, a consultoria à contagem de tempo de serviço dos trabalhadores, a realização de Sessões Temáticas de temas de relevo, a aposta na Plataforma Ser IPSS e a diminuição no tempo médio de resposta a solicitações das Associadas.

A União Distrital fillou 19 IPSS e desfilhou 7 IPSS (sob o motivo de extinção destas IPSS), cessando o ano com 382 IPSS.

No ano de 2017, a Direção da União Distrital reuniu em doze sessões ordinárias, o Conselho Fiscal reuniu em 2 sessões ordinárias e a Assembleia Geral reuniu em quatro sessões, duas ordinárias (aprovação do Relatório e Contas de 2016 e do Programa de Ação e Orçamento de 2018) e duas extraordinárias (aprovação de alterações estatutárias e da renegociação do empréstimo bancário).

Como principais dificuldades sentidas pela Instituições são de relevo:

- Sustentabilidade financeira;
- Conservação do edificado;
- Criação da rede pública de Educação Pré-Escolar;
- Patologias dos utentes em Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- Aumentos salariais advindos das Convenções Coletivas de Trabalho e de disposições legais.

Aprovado em A. E. d.
21 Março 2018



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

A monitorização do Programa de Ação de 2017

LINHA ESTRATÉGICA Dinamizar o setor social e solidário do Distrito do Porto

Objetivo estratégico	Atividade	Concretização do resultado
Reforço da representação institucional	Difusão da missão da UDIPSS-PORTO	Filiação de 19 IPSS do Distrito do Porto e desfiliação de 7 IPSS. Realização do Dia Aberto da União, com a participação de 9 IPSS do concelho do Porto. Criação do serviço Apoio Informativo dirigido a Organizações de Economia Social sem o Estatuto de IPSS, que conta com 3 OES como clientes.
Cumprimento de protocolos oficiais de acordo com critérios de representatividade estabelecidos pela Direção	Representação da UDIPSS-PORTO em atos oficiais	Representação em 14 atos oficiais de Associadas.
Reforço das posições institucionais das Associadas através da inclusão na agenda política e social regional e local, das prioridades do setor social e solidário	Desenvolvimento de contactos com a Administração Pública, a nível distrital, e com outros atores-chave	Realização de contactos referentes aos Protocolos de RSI (Ministro do TSS, ISS, I.P. e CNIS) e de uma sessão com todas as Associadas. Realização de monitorização das atividades previstas no Compromisso de Cooperação para o Biénio de 2017-2018 através da Comissão Distrital de Cooperação. Realização de uma reunião com a Comissão do Partido Socialista aquando das eleições autárquicas.
Maior articulação com a CNIS	Desenvolvimento de atividades de interesse para as Associadas	Participação e acolhimento de 1 sessão sobre o ROTASS.
Solidariedade com as Associadas	Participação em atividades das Associadas	Participação em 16 eventos de Associadas.
Estabelecimento de pontes com outras organizações representativas	Promoção do intercâmbio com instituições congéneres nacionais	Atividade não dinamizadas.
Estreitar relações com parceiros estratégicos	Consolidar e robustecer a rede de parcerias com os objetivos estratégicos traçados	Otimização das relações existentes com a SocialShop, com o Grupo 4All e com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

aprovado em A.G. de 20. Março. 2018



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

Estreitamento das relações entre as Associadas e/com a UDIPSS-PORTO	Dinamização de Encontros "Rede de Proximidade"	Dinamização de 2 Encontros, em Paredes, que contou com a participação de 9 IPSS associadas, e em Santo Tirso & Trofa, com a presença de 15 IPSS associadas.
	Realização de um seminário	Realização de 3 Sessões Temáticas sob os temas: "A perceção dos agentes fiscalizadores", com a presença da ACT, do ASAE e da ANPC e 140 participantes; "A Reconstrução das Respostas do Envelhecimento", com a presença da Diretora da Faculdade de Medicina do Porto e da Assessora para a Cooperação e de 75 participantes; "A sustentabilidade financeira na prática", com a participação de 30 IPSS associadas.

LINHA ESTRATÉGICA Construir a sustentabilidade da Rede

Objetivo estratégico	Atividade	Concretização do resultado
Prestar uma resposta integrada às necessidades de ajustamento das Associadas	Aumento da capacidade de prestação de serviços	Redução do tempo médio de resposta para 5 úteis. Realização da contagem de tempo de serviço das Educadoras de Infância a 18 IPSS associadas. Continuação da prestação do apoio ao nível de alterações estatutárias a 8 IPSS, e solicitação de certificado de admissibilidade a 10 IPSS. 18 Associadas participaram no Projeto Social Digital.
	Dinamização do Curso "Ser Dirigente de IPSS"	Atividade não dinamizada.
	Criação do serviço de consultoria	Criação do Serviço de Consultoria & Auditoria, com a apresentação de 2 orçamentos.
	Dinamização de ações de formação	Realização de 3 ações de formação, num total de 11 sessões, uma sessão sobre o tema de "Obrigações Estatutárias" e 2 sobre o PROCOOP – Aviso de abertura de candidatura e à Demonstração de Interesses.
Promover a sustentabilidade financeira das Associadas	Divulgação da Cálculo 3S	Realização de contactos preferenciais.
	Dinamização da Central de Compras	18 associadas recorrem à Central de Compras.
	Criação do PROCOOP – Gabinete Técnico	Atividade não programa e realizada. Conta com a participação de 157 IPSS Associadas
Aposta nos canais de informação	Adequação da Plataforma Ser IPSS	Criação da "A Rede" e otimização do espaço "A IPSS", com nova estruturação da informação.
	Potenciar os canais de comunicação	Publicação de 24 Newsletters 4 contactos preferenciais às IPSS, no âmbito do PROCOOP, dos Protocolos de RSI e da CCT entre a CNIS e a FEPCES.
	Realização de uma campanha para a consciencialização da consignação do IRS	Atividade não programa e realizada. Campanha realizada em 3 jornais, 2 de tiragem nacional e 1 regional, realizada em parceria com a Ordem dos Clérigos.

aprovado em A.G. de 22. Março 2018

[Handwritten signature]

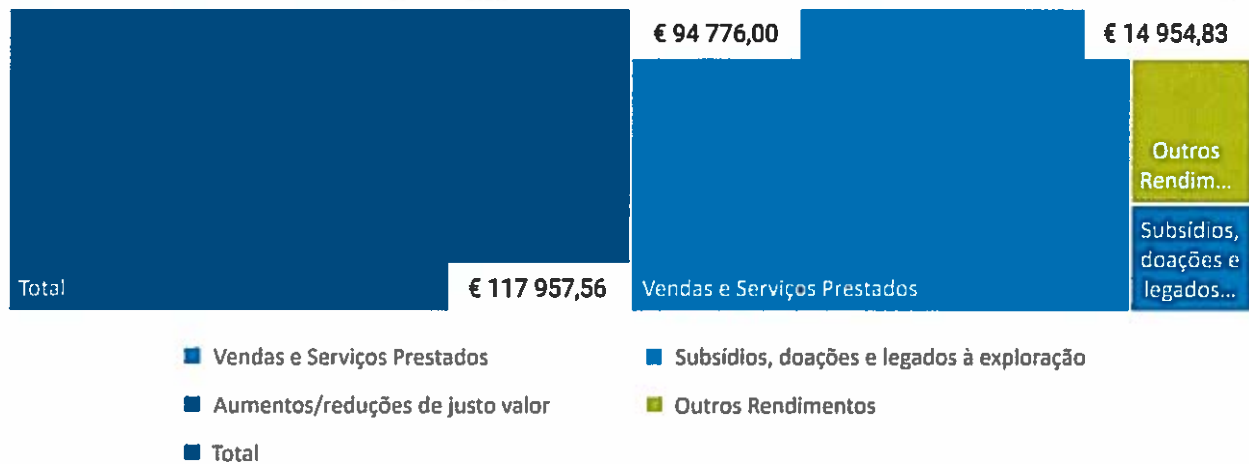


UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

M. M...

As Contas de 2017

Os Rendimentos



Os Gastos



O Rendimento Líquido do Exercício



Proposta da Direção à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício

A UDIPSS-PORTO apresenta um Resultado Líquido do Exercício de € 38 217,84 (trinta e oito mil duzentos e dezassete euros e oitenta e quatro cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação:

Transferência, na totalidade, para a conta Resultados Transitados.

aprovado em K. Geral aprovado 22. Novembro 2018

M. G.



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

M. G.

As Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rubricas	Notas	Datas	
		31 12 2017	31 12 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	603 262,47	609 552,74
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	47 792,22	38 342,24
		651 054,69	647 894,98
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.3	171,19	585,19
Estado e outros entes públicos	11.9	764,17	1 991,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	9 040,00	13 565,00
Diferimentos	11.5	475,68	264,68
Outros ativos correntes	11.4	5 823,19	1 749,09
Caixa e depósitos bancários	11.6	50 762,24	116 801,64
		67 036,47	134 957,13
Total do ativo		718 091,16	782 852,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	19 236,13	19 236,13
Resultados transitados	11.7	144 879,04	124 387,65
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	354 323,33	359 523,33
		518 438,50	503 147,11
Resultado líquido do Exercício		38 217,84	20 491,39
Total dos fundos patrimoniais		556 656,34	523 638,50
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	142 164,13	215 789,45
		142 164,13	215 789,45
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	1 654,84	1 274,83
Estado e outros entes públicos	11.9	1 020,61	988,30
Diferimentos	11.5	5 490,16	0,00
Outros passivos correntes	11.10	11 105,08	41 161,03
		19 270,69	43 424,16
Total do passivo		161 434,82	259 213,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		718 091,16	782 852,11

aprovado em A. G. de 20. Março, 2018

UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	94 776,00	91 624,00
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	8 223,84	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.12	20 200,47	24 687,18
Gastos com o pessoal	9	27 698,10	20 794,57
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.13	0,00	300,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	2,89	0,38
Outros rendimentos	11.15	14 954,83	9 312,04
Outros gastos	11.16	11 307,24	20 233,43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58 751,75	35 521,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	13 674,75	3 625,61
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45 077,00	31 895,63
Juros e rendimentos similares suportados	11.17	6 859,16	11 404,24
Resultado antes de impostos		38 217,84	20 491,39
Resultado líquido do período		38 217,84	20 491,39

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rendimentos e Ganhos	Notas	Funcionamento	Períodos	
		Geral	2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	94 776,00	94 776,00	91 624,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	9	-27 698,10	-27 698,10	-20 794,57
Rendimento bruto		67 077,90	67 077,90	70 829,43
Outros rendimentos		23 181,56	23 181,56	9 612,42
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-33 875,22	-33 875,22	-29 252,79
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.16	-11 307,24	-11 307,24	-19 293,43
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		45 077,00	45 077,00	31 895,63
Gastos de financiamento (líquidos)	11.17	-6 859,16	-6 859,16	-11 404,24
Resultado antes de impostos		38 217,84	38 217,84	20 491,39
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		38 217,84	38 217,84	20 491,39

aprovado em A.G. de 20. Março, 2018

[Assinatura]



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rubricas	Notas	Períodos	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de Clientes e Utentes		99 361,00	103 956,05
Pagamentos a fornecedores		-17 672,49	-23 534,66
Pagamentos ao pessoal		-26 788,86	-20 522,20
Caixa gerada pelas operações		54 899,65	59 899,19
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		30 596,15	1 184,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		85 495,80	61 083,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-38 533,46	-151 850,16
Investimentos financeiros		-128,58	-105,48
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimento similares	11,17	315,32	769,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-38 346,72	-151 186,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		150 000,00	0,00
Doações		1 727,20	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	-223 625,32	-15 789,48
Juros e gastos similares	6 / 11.17	-6 859,16	-11 404,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-230 484,48	-27 193,72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-183 335,40	-117 296,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		234 097,64	234 097,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	50 762,24	116 801,64

aprovado em AG de 20. Março. 2018



UDIPSS-PORTO
União distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto



O Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017

1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
4. Ativo fixo tangível	15
5. Ativos intangíveis	15
6. Custos de Empréstimos obtidos	15
7. Rédito	16
8. Subsídios e apoios do governo	16
9. Benefícios dos empregados	16
10. Divulgações exigidas por outros normativos legais	17
11. Outras informações	17
11.1. Investimentos financeiros	17
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
11.3. Créditos a receber	17
11.4. Outros ativos correntes	17
11.5. Diferimentos	17
11.6. Caixa e depósitos bancários	18
11.7. Fundos patrimoniais	18
11.8. Fornecedores	18
11.9. Estado e outros entes públicos	18
11.10. Outros passivos correntes	18
11.11. Subsídios, doações e legados à exploração	19
11.12. Fornecimentos e serviços externos	19
11.13. Imparidade de dívidas a receber	19
11.14. Aumentos / reduções de justo valor	19
11.15. Outros rendimentos	19
11.16. Outros gastos	19
11.17. Resultados financeiros	19
11.18. Acontecimentos após data de Balanço	20

Aprovado em AG de 20. Março. 2018

[Handwritten signature]



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Handwritten signature]

1. Identificação da Entidade

A UDIPSS-PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social é uma Associação de Solidariedade Social, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), publicado no Diário da República n.º 24, III Série, de 29 de junho de 2004, com sede na Rua do Carvalhido, 187, 4250-102 Porto. A UDIPSS-PORTO é a expressão organizada da cooperação entre as IPSS sedeadas no distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum, promovendo a defesa dos seus interesses e dotando-as de modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o

aprovado em A.G. de 20. de Maio - 2018

[Assinatura]



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Assinatura]

nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão das Associadas. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões das Associadas, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte das Associadas com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.6, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

aprovado em A.F. de 20. Maio. 2018



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto



3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor.

O reembolso irá corresponder ao montante para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

aprovado em 15 de 20. Março. 2018

Uip



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

M. P. P.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições

aprovado em A.O. de 20. Março. 2018

[Handwritten signature]



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Handwritten signature]

particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4. Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terreno	25 097,50				25 097,50
Edifício	587 893,30	7 409,18			595 302,48
Equipamento Administrativo	17 728,53				17 728,53
Equipamento Básico	10 612,19				10 612,19
Ativo Tangível Bruto	641 331,52	7 409,18	0,00	0,00	648 740,70
Depreciações Acumuladas					
Edifício	13 755,47	11 906,05		24,70	25 686,22
Equipamento Básico	294,78	1 768,70			2 063,48
Equipamento Administrativo	17 728,53				17 728,53
Depreciações Acumuladas	31 778,78	13 674,75	0,00	0,00	45 478,23
Ativo Tangível Líquido	609 552,74	- 6 265,57	0,00	- 24,70	603 262,47

5. Ativos intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Ativo Intangível Bruto	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Amortizações Acumuladas	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Custo de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos em 2017 como gastos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Novo Banco	0,00	0,00	0,00	0,00	215.789,45	215.789,45
Montepio	0,00	142.164,13	142.164,13	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	142.164,13	142.164,13	0,00	215.789,45	215.789,45

O reembolso da dívida da Entidade, referente ao empréstimo obtido, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Novo Banco*	215.789,45	5.805,19	221.594,64	15.789,48	11.404,24	27.193,72
Montepio	7.835,87	1.053,97	8.789,84	0,00	0,00	0,00
Total	223.625,32	6.859,16	230.384,48	15.789,48	11.404,24	27.193,72

*No ano de 2017, a Direção da UDIPSS-PORTO promoveu a negociação do empréstimo bancário, através de uma análise das melhores condições no mercado bancário, propondo à Assembleia Geral no dia 30 de março do corrente ano, a realização de um empréstimo bancário com o Montepio no valor de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), com garantia por hipoteca do edifício-sede, no prazo de 6 anos, reduzindo assim, em 7 anos do prazo do empréstimo inicial, bem como do spread de 5% para 2,25%. Neste âmbito torna-se relevante referir que a União Distrital realizou, no ano de 2017, uma amortização antecipada de € 60.000,00 (sessenta mil euros) ao Novo Banco.

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e de 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Quotas e jóias	94 076,00	89 314,00
Apoio Informativo	700,00	0,00
<i>Bootcamp</i> em Empreendedorismo Social	0,00	2 310,00
Subtotal	94 776,00	91 624,00
Outros Rendimentos	1 727,20	200,00
Juros		
Depósitos bancários	315,32	76,38
Total	96 818,52	92 593,38

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, I.P.	Não Reembolsável	253 933,33		5 200,00	259 133,33		866,87
IEFP, I.P.	Não Reembolsável			6 496,64			0,00
Total		253 933,33	0,00	11 696,64	259 133,33	0,00	866,87

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foi de 11 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "2" e em 2016 de "1".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	20 767,08	16 950,64

aprovado em A.O. de 20. Março. 2018

[Assinatura]



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Assinatura]

Encargos sobre as Remunerações	4 435,05	3 528,84
Seguros de Acidentes no Trabalho	146,98	315,09
Estágio Profissional + CEI	2 348,99	0,00
Total	27 698,10	20 794,57

A UDIPSS-PORTO usufruiu, no ano 2017, do serviço de medicina no trabalho a título gratuito cujo valor se estima em € 40,25.

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Investimentos financeiros

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	42 537,90	33 219,39
Cálculo 3S, Lda - Método de Equivalência Patrimonial	42 537,90	33 219,39
Investimentos em associadas	5 000,00	5 000,00
Método de Equivalência Patrimonial		
ACS – Agência Consultoria Social	5 000,00	5 000,00
Outros Investimentos Financeiros	254,32	122,47
Fundo de Compensação Trabalho	254,32	122,47
Total	47 792,22	38 341,86

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Associados - Quotas	9 040,00	13 565,00
Total	9 040,00	13 565,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 717,24	3 131,24
Perdas por imparidade	-2 546,05	-2 546,05
Total	171,19	585,19

11.4 Outros Ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores	1 499,69	1 749,09
IEFP	4 323,50	0,00
Total	5 823,19	1 749,09

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

aprovado em AB de 20. Março. 2018

Ma's



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

[Handwritten signature]

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	475,68	264,68
Total	475,68	264,68
Rendimentos a reconhecer		
IEFP – Estágio profissional	5 490,16	0,00
Total	5 490,16	0,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	50 762,24	41 801,64
Depósitos a prazo	0,00	75 000,00
Total	50 762,24	116 801,64

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19 236,13	0,00	0,00	19 236,13
Resultados transitados	124 387,65	20 491,39	0,00	144 879,04
Outras variações nos fundos patrimoniais				
- Subsídio ISS	259 133,33	0,00	5 200,00	253 933,33
- Doações	100 390,00	0,00	0,00	100 390,00
Total	503 147,11	20 491,39	5 200,00	518 438,50

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Fornecedores	1 654,84	1 274,83
Total	1 654,84	1 274,83

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o rendimento (IRC juros)	0,00	0,00
Restituição IVA	764,17	1 991,53
Total	764,17	1 991,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	300,00	602,60
Segurança Social	708,84	376,20
Fundo de Compensação Trabalho	11,77	9,50
Total	1 020,61	988,30

11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		251,10
Fornecedores de Investimentos		0,00		30 360,11
Credores por acréscimo de gastos		3 461,88		3 023,92
Outros credores		7 643,20		7 525,90
Total	0,00	11 105,08	0,00	41 161,03

aprovado em A.G. de 29. Março - 2018



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado - IEFP	6 496,64	0,00
Donativo	1 727,20	0,00
Total	8 223,84	0,00

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	16 480,10	16 134,64
Materiais	301,18	331,09
Energia e fluidos	288,53	3 018,56
Deslocações, estadas e transportes	922,42	1 536,58
Serviços diversos	2 208,24	3 666,31
Total	20 200,47	24 687,18

11.13 Imparidade de dívidas a receber

A Entidade registou em 2017 reversões de perdas por imparidade:

Descrição	2017	2016
Clientes	0,00	300,00
Total	0,00	300,00

11.14 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2017 e 2016 os ganhos de "justo valor" no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2017	2016
FCT – Fundo de Compensação	2,89	0,38
Total	2,89	0,38

11.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9 318,51	7 317,46
Correções exercícios anteriores	1,00	158,45
Imputação subsídios ao investimento	5 200,00	866,67
Outros rendimentos e ganhos	120,00	200,08
Juros depósitos	315,32	769,38
Total	14 954,83	9 312,04

11.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2 813,14	1 908,31
Dívidas incobráveis	0,00	940,00
Correções exercícios anteriores	84,70	9 985,12
Outros Gastos e Perdas – Quotas CNIS	8 160,00	7 400,00
Outros	249,40	0,00
Total	11 307,24	20 233,43

11.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6 859,16	11 404,24

aprovado em A.E. de 20. Março, 2018



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

	Total	6 859,16	11 404,24
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros obtidos - de depósitos		315,32	769,38
	Total	315,32	769,38
Resultados Financeiros		-6 543,84	-10 634,86

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

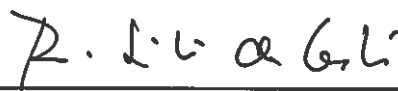
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 27 de fevereiro de 2018.

Porto, 27 de fevereiro de 2018

A Direção



(José Lopes Baptista, Presidente)



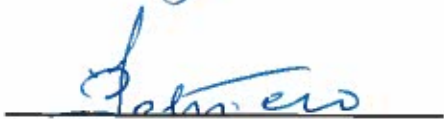
(Rui Leite de Castro, Vice-Presidente)



(Maria José Miranda, Tesoureira)



(Eduardo Jorge Pinto, Secretário)



(Joaquina Patrício, Vogal)

O Contabilista Certificado



(Emílio Ricon Peres, CC n.º 17686)

